

Julho - Setembro

2016

NOTA TÉCNICA - EVOLUÇÃO DO EMPREGO PÚBLICO
NOS GOVERNOS SUBNACIONAIS BRASILEIROS NO
PERÍODO 2004-2014



32

CONJUNTURA

CARTA DE

Governo Federal
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Ministro interino Dyogo Henrique de Oliveira

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Ernesto Lozardo

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Juliano Cardoso Eleutério

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

João Alberto De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Claudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Alexandre Xavier Ywata de Carvalho

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

Diretora de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Alice Pessoa de Abreu

Chefe de Gabinete, Substituto

Márcio Simão

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação

Regina Alvarez

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

EVOLUÇÃO DO EMPREGO PÚBLICO NOS GOVERNOS SUBNACIONAIS BRASILEIROS NO PERÍODO 2004-2014

Cláudio Hamilton Matos dos Santos
Carolina Valani Cavalcante
Felipe dos Santos Martins
Luciana Pacheco Trindade Lacerda
Bernardo Patta Schettini

1. Introdução

O objetivo desta nota é caracterizar o crescimento dos gastos com pessoal ativo nas administrações públicas estaduais e municipais brasileiras no período 2004-2014. São essencialmente duas as perguntas que se quer responder: 1) Quanto da elevação observada nos gastos com a folha salarial no período em questão se deve a ganhos salariais e quanto a novas contratações? e 2) Como variou a composição setorial da ocupação nas referidas administrações públicas durante o período analisado?

O restante desta nota está dividido em quatro seções. A seção 2, a seguir, discute questões conceituais sobre a mensuração do emprego público e as bases de dados utilizadas neste trabalho. As seções 3 e 4, por seu turno, apresentam estimativas para a evolução das ocupações e respectivas remunerações nas administrações estaduais e municipais – tanto em termos agregados quanto desagregadas por natureza da ocupação. Por fim, a seção 5 traz breves notas a guisa de conclusão.

2. Conceitos básicos e (tratamentos dos) dados utilizados

a) Definição de emprego público:

Tal como o Sistema de Contas Nacionais referência 2010 (IBGE, 2014), parte-se aqui do conceito de “governo geral”, ou seja, do conjunto dos órgãos da administração pública direta e indireta, das empresas estatais dependentes (i.e., aquelas com mais de 50% das receitas oriundas de recursos dos orçamentos públicos), do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e das entidades paraestatais que, mesmo possuindo personalidade jurídica de direito privado, sobrevivem de contribuições compulsórias¹. O foco da nota nos governos subnacionais permite, entretanto, que sejam desconsideradas as entidades paraestatais e o FGTS e que se suponha, ainda que como uma primeira aproximação, que todas as empresas estatais são dependentes. Desta forma, a expressão “governos subnacionais” é identificada nesta nota como o conjunto das administrações públicas diretas e indiretas dos estados, dos municípios, do Distrito Federal e das empresas estatais controladas por estes entes.

Em segundo lugar, salvo menção explícita em contrário, a expressão “pessoal ativo” é identificada nesta nota com o número de postos de trabalho (por oposição a pessoas)

¹ Esse é o caso, por exemplo, das organizações que compõem o chamado “Sistema S” – como o SESI ou o SEBRAE – e de órgãos de classe como a OAB ou o Conselho Federal de Economia.

ocupados por servidores públicos estatutários, integrantes dos corpos de bombeiros e das polícias militares², empregados públicos (e demais) celetistas e temporários. Exclui-se, portanto, do conceito de “pessoal ativo” os postos de trabalho ocupados por “servidores terceirizados”, isto é, o pessoal contratado por firmas que prestam serviços (por exemplo, de limpeza e manutenção) para as administrações diretas e indiretas e/ou empresas estatais, além dos aposentados.

b) As bases de dados utilizadas neste trabalho

São duas as fontes de dados usualmente consultadas para se obter informações sobre ocupações públicas. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS).

As informações da PNAD são declaradas pelas pessoas entrevistadas em cada um dos domicílios amostrados na pesquisa. As informações da RAIS, por seu turno, são declaradas pelas empresas que preenchem os formulários da base e os enviam para o MTPS³.

Para os propósitos deste trabalho, são dois os principais problemas da PNAD. Em primeiro lugar, a representatividade da amostra da pesquisa se limita ao território nacional e às administrações públicas estaduais – isto é, a PNAD não permite estimativas do emprego público por prefeitura. Em segundo lugar, o questionário da PNAD não permite distinguir as ocupações nas empresas públicas das ocupações nas administrações direta e indireta⁴.

Tais problemas inexistem na RAIS que, por outro lado, apresenta outras dificuldades importantes – por exemplo, erros de preenchimento, problemas na identificação de ocupações e atividades econômicas, mudanças inesperadas na classificação da natureza jurídica de algumas organizações, impossibilidade de diferenciar entre empresas públicas federais, estaduais e municipais, dentre outras.

Ambas as bases de dados apresentam, ainda, *outliers* (valores atípicos) evidentes. Daí que, sempre que possível, foram utilizadas bases de dados alternativas para testar a consistência dos dados da PNAD e da RAIS estado por estado. O estado do Rio de Janeiro, por exemplo, informou à RAIS, não possuir nenhuma pessoa ocupada como professor nos anos de 2007 e 2008. Santa Catarina, por seu turno, apontou uma redução no quantitativo relacionado à atividade-fim de saúde de 58,75% entre 2010 e 2011,

² Apenas os governos estaduais e o DF devem dispor policiais militares e bombeiros. Daí que o número de ocupações militares nas administrações municipais é suposto zero.

³ Em princípio, a PNAD permitiria captar – além das ocupações públicas formais cobertas pela RAIS – também as ocupações públicas informais. Ocorre que o número de pessoas na PNAD que declaram ter uma ocupação pública sem carteira assinada e não são servidores estatutários ou militares é muito grande, chegando, por exemplo, a 34% de todos os ocupantes de empregos públicos municipais. O presente trabalho considerou tal informação como um erro de medida.

⁴ A não ser que se suponha, heroicamente, que todas as ocupações de celetistas estejam nas empresas estatais.

seguida por uma elevação de 706,31% entre 2011 e 2012. Vários exemplos do tipo poderiam ser citados.

As bases de dados utilizadas neste trabalho, assim como os filtros precisos utilizados em cada uma delas estão listados no quadro 1.

Quadro 1: Bases de dados e variáveis utilizadas neste trabalho

Bases	Setor Público	Vínculo de trabalho	Ocupação (CBO)	Renda
PNAD	V9032 e v9093 (setor público); v9033 e v9094 (esfera de governo)	v9035 e v9096 (estatutários); v9042 e v9097 (celetistas)	v9906, v9990 (cbo-domiciliar)	v9532, v9982 (rendimento do trabalho)
RAIS	Natureza Jurídica (setor público e esferas)	Tipo de vínculo	cbo 2002	remuneração média
ESTADIC	A1(Código Unidade Federativa)	A3 a A7 e de A9 a A14 (estatutários, celetistas, comissionados, estagiários e sem vínculo permanente da adm. pública direta e indireta)	-	-
MUNIC	A1 (Código Município)	A3 a A7 e de A9 a A14 (estatutários, celetistas, comissionados, estagiários e sem vínculo permanente da adm. pública direta e indireta)	-	-
DPREV e DIPR	Estadual (Código Unidade Federativa)	Quantitativo de militares ativos	-	-
Censos da Educação Básica	FK_COD_MUNICIPIO ID_DEPENDENCIA_ADM	-	-	-
Censo do Ensino Superior	CO_CATEGORIA_ADM CO_IES FK_COD_MUNICIPIO	-	-	-
CNES	Código da Unidade, SG_UF, TP_GESTAO, CO_ESFERA_ADM	-	CO_CBO	-
Execução Orçamentária dos Estados - EOE	Código da Unidade Federativa - Apenas Estadual	-	-	Elemento de Despesa
Finanças do Brasil - FINBRA	Código do ente - Apenas Municipal	-	-	Elemento de Despesa
SIOPE	Código do Ente	-	Apenas Educação	Elemento de Despesa

Fonte⁵: PNAD 2013, RAIS 2013, ESTADIC 2013, MUNIC 2013, DPREV 2013, Censo da Educação Básica 2013, Censo do Ensino Superior 2013, CNES 2012, Execução Orçamentária dos Estados (EOE), Finanças do Brasil (FINBRA), Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação (SIOPE) e Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS).

⁵ Para algumas bases de dados foi necessário utilizar um ano de referência em função da mudança de nome de variáveis.

c) Procedimentos de detecção de *outliers* e outros tratamentos feitos nos dados

Nenhum tratamento foi feito nas bases de dados municipais⁶. No caso dos estados, entretanto, adotou-se um procedimento explícito de detecção e correção de *outliers*.

O procedimento de ajuste de *outliers* e erros seguiu a seguinte estratégia: (i) cálculo das variações anuais das séries analisadas no trabalho em pelo menos duas bases de dados distintas; (ii) detecção de *outliers* pelo método de *boxplot* proposto por Mc Gill *et al.*(1978); (iii) variações fora dos limites nos dados de uma base foram corrigidas a partir das variações verificadas em outras bases. Por exemplo, o problema acima nos dados da RAIS do estado do Rio de Janeiro foi resolvido adotando-se a média das variações em 2008 no número de professores da PNAD e dos Censos Escolares (2,11% e 13,56%, respectivamente) – ambas dentro dos limites do *boxplot*. Como resultado da aplicação deste procedimento, obteve-se um painel de variações anuais por estado para cada variável/base. Partindo da hipótese de que os valores mais recentes são mais bem reportados, os valores de 2014 (ou o mais recente possível) foram considerados verdadeiros e, com base nessa matriz de variações, calculou-se os valores para os demais anos. As séries observadas nas pesquisas e as ajustadas por esse processo de correção são apresentadas no apêndice A-1.

Registre-se, ademais, que os dados da PNAD para a quantidade de ocupações públicas municipais na área de saúde parece ter sofrido uma quebra estrutural entre os anos de 2009 e 2011. Em conversa com o IBGE, nos foi informado que uma nova PNAD reponderada seria disponibilizada no sítio do instituto na Internet. Como até a data da elaboração do presente trabalho essa base reponderada ainda não estava disponível, optou-se pelo seguinte procedimento para a correção do nível da PNAD: (i) observou-se o número de servidores na saúde pública no Censo Demográfico 2010 e na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) 2008 – 2009; (ii) como o nível de 2011 estava mais próximo dos valores observados no Censo Demográfico e na POF do que o nível de 2009, tomou-se como correto o dado de 2011; (iii) aplicou-se a variação do nível da PNAD 2011 com o Censo Demográfico 2010 para calcular o nível de uma PNAD 2010 e repetiu-se o procedimento com a POF 2008-2009, com o objetivo de se estimar um novo nível para a PNAD 2009. (iv) para os anos anteriores a 2009, aplicou-se a variação anual captada nas PNADs desses demais anos. O apêndice A-2 apresenta as séries observadas e ajustadas.

d - Segmentações dos dados a partir dos códigos da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)

A segmentação dos dados a partir dos códigos da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) permite um detalhamento considerável da composição das ocupações públicas. Permite, ademais, que se trabalhe, além da PNAD, com dados da RAIS e de outras bases setoriais, notadamente o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) do Ministério da Saúde e os Censos Escolar e o do Ensino Superior do Instituto

⁶ Essencialmente por conta de dificuldades operacionais com o tratamento dos 5570 municípios brasileiros. O problema será atacado em etapas posteriores desta pesquisa.

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Esta nota utiliza dados segmentados por CBO para desagregar o total de empregos nos governos subnacionais em quatro grandes grupos: (i) profissionais estritamente relacionados a atividades fim na área de saúde; (ii) docentes⁷; (iii) integrantes dos corpos de bombeiro e policiais militares estaduais⁸; (iv) demais servidores/empregados públicos ativos.

O primeiro grupo consiste em um rol relativamente amplo de ocupações⁹, que inclui médicos, enfermeiros, cirurgiões-dentistas, farmacêuticos, fisioterapeutas, nutricionistas, psicólogos e psicanalistas, assistentes sociais, agentes de saúde, dentre outros. Cumpre registrar que os dados da RAIS desagregados por CBO apresentaram dois problemas que exigiram ajustes. O primeiro deles diz respeito a mudanças nos códigos de ocupações de médicos. A opção, neste caso, foi considerar como médicos os trabalhadores que tiveram suas ocupações classificadas com códigos antigos (2231, 2232 e 2233)¹⁰. O segundo problema está relacionado à natureza jurídica dos estabelecimentos de saúde a partir de 2012. Por fatores ainda não esclarecidos, alguns estabelecimentos de saúde passaram de naturezas jurídicas típicas de governos estaduais e municipais para empresas públicas ou empresas de sociedade mista. Para a análise não ser prejudicada, essas alterações foram corrigidas com base na natureza jurídica que cada estabelecimento reportou no ano de 2011. Os dados da PNAD e RAIS foram criticados a partir do CNES para os anos de 2008 a 2012. Além das informações de tipo de vínculo e esfera administrativa, foi possível controlar a duplicação de cadastro através do CPF do indivíduo, o que, assim como na educação, aumentou a qualidade das comparações.

No setor de educação pública optou-se por estimar apenas o número de professores¹¹. Na PNAD e na RAIS eles foram identificados através dos códigos da CBO.¹² Cabe destacar que a segmentação entre professores de nível básico e superior realizada na RAIS apresentou resultados pouco razoáveis para alguns entes federados¹³.

⁷ O termo professores pode ser usado como sinônimo de docentes ao decorrer do presente trabalho.

⁸ Cujos quantitativos estão disponíveis também nos demonstrativos dos regimes próprios de previdência social destes entes federados.

⁹ Os códigos para a PNAD e RAIS foram os mesmos: 2212, 2231, 2232, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2251, 2252, 2253, 2515, 3222, 3224, 3241, 3242, 3522, 5151 e 5152.

¹⁰ Os códigos de ocupações 2231, 2232 e 2233 se referem, respectivamente, a médicos, cirurgiões e veterinários na CBO 2002. No entanto, os códigos 2251, 2252 e 2253, que se referiam a essas atividades na CBO 94, foram encontrados em anos mais recentes. Assim, em primeiro momento, as ocupações foram controladas pelos códigos da CBO 2002, após controlou-se pelos códigos da CBO 94, o que configurou uma segunda classificação.

¹¹ Isso foi feito, pois, diferentemente dos docentes, não é possível controlar o número de vínculos dos servidores ligados à educação nos Censos Escolares.

¹² Na PNAD, os códigos considerados foram os seguintes: 2311, 2312, 2313, 2321, 2330, 2340, 2391, 2392 3311, 3312, 3313, 3321, 3322, 3331 e 5162. Para a RAIS, a lista a seguir foi usada: 2311, 2312, 2313, 2321, 2331, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2392, 3311, 3312, 3313, 3321, 3322 e 5162.

¹³ Um exemplo foi o da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais que reportou aproximadamente 130 mil docentes de ensino superior para os anos de 2005 até 2007.

Daí que dados dos censos de ensino básico e superior também foram utilizados. No caso do Censo Escolar, foi adotado o anexo de instituições até 2006 e o anexo de docentes de 2007 em diante, enquanto no ensino superior essa mudança se deu em 2009. Isso é importante, pois só a partir destas datas foi possível controlar o número de docentes em cada esfera¹⁴.

Ambas a PNAD e a RAIS também permitem estimar os números de oficiais dos bombeiros e policiais militares através de códigos da CBO¹⁵. Todavia, a RAIS apresenta pessoas nessas classificações somente a partir do ano de 2011. Dessa forma, foi extraído o identificador de estabelecimento dos locais que possuíam militares nos anos de 2011 em diante, e, partindo da hipótese de que os funcionários desses estabelecimentos são militares, foram identificados os estabelecimentos que possuíam militares para os demais anos abordados no trabalho. Os números obtidos com a RAIS e a PNAD foram criticados com dados provenientes dos demonstrativos previdenciários (DPREV e DIPR¹⁶), enviados pelos entes ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Neste caso, entretanto, foi necessário interpolar dados do estado do Espírito Santo (ES) de forma que ficasse completa a informação de 2008, que não foi disponibilizada.

e – O uso de bases orçamentárias em estimativas da evolução da remuneração média dos ocupantes de postos de trabalho públicos

O uso de bases orçamentárias tem como objetivo permitir a crítica das informações das bases tradicionais de mercado de trabalho. Em particular, elas permitem uma análise município a município, refinando a análise realizada na RAIS¹⁷. Não obstante, os resultados das bases orçamentárias devem ser tratados com cautela devido a dois fatores: i) o valor do gasto com pessoal é obtido pela soma de um conjunto de “elementos de despesas” (da contabilidade pública brasileira), pois não há uma variável específica para salário como nas bases de mercado de trabalho; e ii) erros de preenchimento não são incomuns nas bases orçamentárias, a exemplo do que ocorre com registros administrativos em geral.

Conforme apontado acima, a estimativa dos gastos públicos diretamente relacionados com a remuneração de pessoal pressupõe a seleção dos “elementos de despesa” que mais se aproximam dos conceitos de remuneração das bases sobre ocupações. Neste trabalho foram utilizados os seguintes elementos de despesa: 1) Contratação por Tempo Determinado (código 319004); 2) Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil (319011); 3) Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Militar

¹⁴ A informação disponibilizada na base de Docentes do Censo Escolar é reportada em função da turma, isso implica que, se um docente ministra seis classes, ele aparecerá seis vezes, sem necessariamente possuir mais de um vínculo trabalhista. Daí a importância de controlar as informações básicas pelo código de docente, esfera que o mesmo é vinculado e a localidade que esse é empregado.

¹⁵ Para a PNAD, foram considerados os códigos com início 04 e 05, enquanto para a RAIS foram consideradas as CBO com início 02 e 03.

¹⁶ As siglas significam “Demonstrativo Previdenciário” (até o ano de 2013) e “Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses” (de 2014 em diante).

¹⁷ Posto que a PNAD não permite estimativas para todos os municípios do país. Registre-se, entretanto, que ajustes município a município não foram realizados no presente trabalho.

(319012); 4) Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil (319016); 5) Outras Despesas Variáveis – Pessoal Militar (319017); e 6) Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado (319096). Dados sobre estes elementos de despesa foram obtidos nas bases Execução Orçamentária dos Estados (EOE) e Finanças do Brasil (FINBRA) e, no caso dos dados de saúde e educação, SIOPS e SIOPE .

Cabe mencionar, ainda, que as informações de rendimentos a partir de dados orçamentários passaram pelo mesmo procedimento de detecção/correção de *outliers* descrito acima. Por fim, as comparações foram realizadas pelo salário médio; para isso, o trabalho considerou as informações do número de trabalhadores da PNAD (em alguns casos classificados por Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) para a divisão do montante observado nas bases orçamentárias.

f – Distribuição das horas trabalhadas

A Tabela 1 reporta o percentual de servidores que trabalham 20, 30, 40 e 44 horas e as médias de horas contratadas presentes na RAIS para o período de 2004 a 2013¹⁸. Conquanto explicitem algumas tendências importantes – por exemplo, o aumento da importância relativa das ocupações de 40 horas no total das ocupações públicas –, os dados da Tabela 1 apontam que não há grande variação nas horas médias contratadas.

Este fato importa porque a variabilidade nas horas trabalhadas pode introduzir considerável viés em análises baseadas na evolução do “rendimento médio real” por ocupação. Não parece ser este o caso dos dados apresentados na seção 4 desta nota, entretanto.

Tabela 1 – Percentual de pessoas contratadas por jornada de trabalho e horas médias contratadas na RAIS para os grupos ocupacionais analisados.

horas \ ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Ocupações Municipais										
20	8,42%	7,73%	7,50%	7,63%	7,56%	7,48%	7,84%	7,45%	7,63%	7,25%
30	11,13%	10,98%	11,00%	11,60%	12,18%	11,05%	10,36%	11,64%	11,81%	11,44%
40	37,23%	37,80%	37,98%	37,85%	37,20%	39,16%	39,51%	42,92%	43,40%	44,69%
44	24,85%	24,57%	24,99%	24,71%	24,96%	24,57%	23,93%	20,61%	20,07%	19,92%
Média	35,83	35,98	36,16	35,97	35,93	36,12	36,03	35,88	35,90	36,00
Ocupações Estaduais										
20	3,32%	3,93%	5,55%	7,06%	6,76%	6,94%	6,70%	5,99%	6,18%	5,21%
30	32,30%	25,02%	24,41%	23,93%	22,70%	24,00%	25,14%	23,45%	20,62%	21,88%
40	51,68%	57,53%	56,52%	54,86%	56,75%	53,73%	53,64%	56,28%	55,70%	56,41%
44	1,41%	1,36%	1,26%	1,34%	1,38%	1,32%	0,90%	1,01%	0,80%	0,99%
Média	34,23	34,87	34,54	34,25	34,75	34,32	34,44	34,69	34,22	34,60
Professores Municipais										
20	20,15%	19,37%	18,80%	19,31%	18,66%	18,15%	19,36%	18,02%	17,76%	17,60%
30	11,40%	10,31%	10,04%	11,02%	12,77%	12,58%	9,87%	12,73%	13,01%	12,67%
40	25,50%	24,25%	25,16%	24,00%	21,83%	22,66%	22,20%	26,28%	26,01%	27,27%

¹⁸ O mesmo foi feito para as horas trabalhadas declaradas na PNAD, todos os resultados se mostraram similares então optou-se por apresentar apenas os resultados da RAIS.

44	14,72%	15,02%	15,40%	15,14%	15,92%	16,15%	15,83%	12,60%	13,19%	13,04%
Média	30,79	30,68	30,93	30,63	30,62	30,85	30,54	30,70	30,85	31,02
Professores Estaduais										
20	8,64%	7,66%	11,69%	16,00%	15,14%	14,30%	13,86%	13,83%	13,35%	10,11%
30	17,95%	18,24%	16,09%	15,41%	14,49%	14,04%	16,15%	13,40%	11,95%	12,22%
40	52,75%	54,37%	51,63%	45,79%	49,29%	46,19%	47,31%	49,32%	45,11%	48,84%
44	0,54%	0,54%	0,58%	0,58%	0,56%	0,05%	0,05%	0,13%	0,13%	0,15%
Média	32,87	33,28	32,56	31,39	32,04	31,40	31,92	32,07	31,00	31,97
Especialistas em Saúde Municipal										
20	8,17%	7,71%	7,23%	6,67%	6,50%	6,37%	6,59%	6,45%	6,83%	6,18%
30	12,72%	12,57%	13,10%	13,43%	14,28%	12,46%	12,01%	12,91%	14,00%	12,96%
40	40,62%	39,49%	39,37%	40,69%	40,09%	43,01%	44,10%	46,71%	46,44%	47,50%
44	21,60%	22,68%	22,95%	22,85%	22,72%	22,41%	21,52%	19,08%	18,28%	18,95%
Média	35,97	36,15	36,29	36,39	36,32	36,60	36,58	36,39	36,28	36,52
Especialistas em Saúde Estadual										
20	4,05%	11,46%	10,42%	10,41%	9,67%	9,74%	9,37%	5,02%	6,53%	7,49%
30	48,11%	41,76%	40,00%	37,37%	35,75%	33,92%	34,47%	32,95%	36,46%	42,15%
40	30,63%	30,77%	30,66%	32,31%	32,55%	35,76%	38,87%	38,95%	28,61%	29,56%
44	3,81%	2,28%	2,40%	2,54%	2,36%	2,25%	1,32%	0,62%	0,47%	0,35%
Média	32,49	32,17	32,48	32,67	32,86	33,16	33,34	33,25	31,54	32,27

Fonte: RAIS

3. Estimativas das ocupações nos governos estaduais e municipais

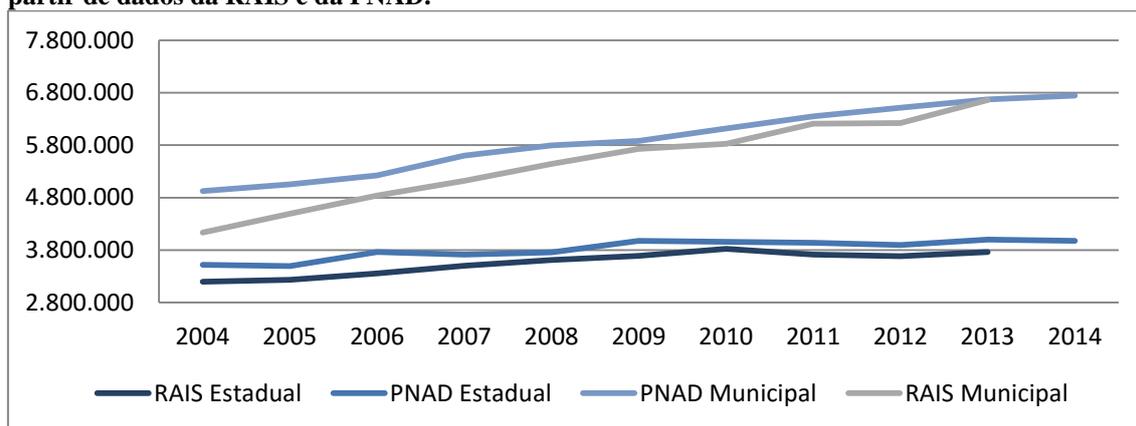
A figura 1 apresenta a evolução do total de ocupações nas esferas estaduais (incluindo o DF) e municipais a partir de dados da RAIS e da PNAD¹⁹. Apesar das inevitáveis diferenças de nível²⁰, a trajetória observada nas duas pesquisas é semelhante. Ao longo do período analisado²¹, tanto a RAIS quanto a PNAD registram uma forte e ininterrupta expansão do emprego público municipal. Por outro lado, o emprego público estadual apresentou uma leve expansão na primeira década do século e entrou em um quadro de estagnação na presente década.

¹⁹ Após os procedimentos descritos na seção c, naturalmente.

²⁰ Os dados da PNAD incluem, por exemplo, os empregados das empresas estatais subnacionais, enquanto os da RAIS incluem apenas os empregados nas administrações públicas diretas e indiretas – dada a impossibilidade, nesta última base, de distinguir as empresas estatais por ente controlador.

²¹ Cabe ressaltar que os dados da RAIS identificada, utilizados neste trabalho, estão disponíveis apenas até o ano de 2013. A utilização da RAIS identificada foi necessária porque algumas das bases utilizadas para criticar os dados da RAIS têm informações sobre pessoas e não sobre ocupações.

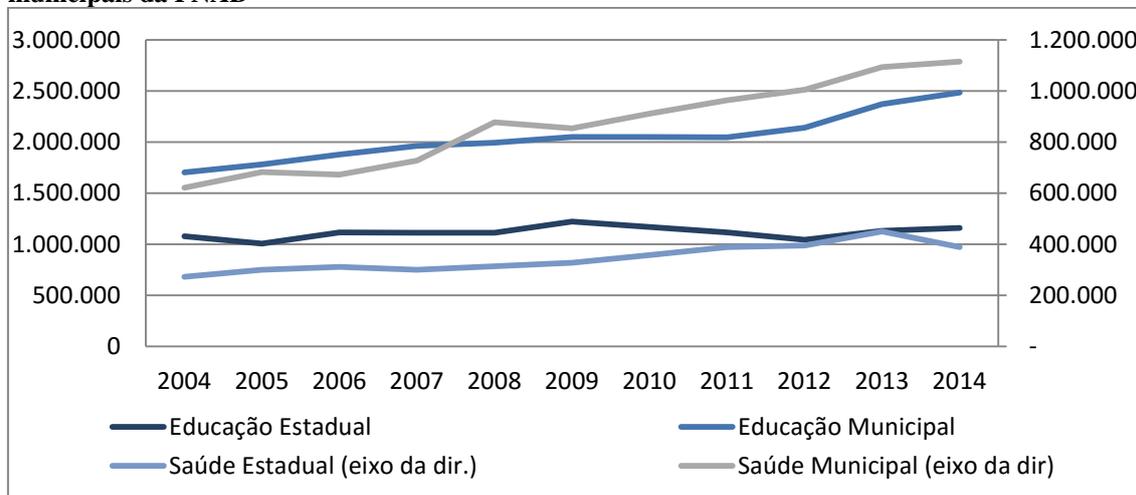
Figura 1 – Quantidades de ocupações públicas nos governos estaduais e municipais estimadas a partir de dados da RAIS e da PNAD.



Fonte: Cálculos dos autores a partir de dados da RAIS e PNAD.

Mas em quais setores estavam distribuídas estas ocupações? Uma setorização possível, utilizada no Sistema de Contas Nacionais (SCN) referência 2000, consiste em desagregar as ocupações públicas em educação pública, saúde pública e governo geral a partir de dados da PNAD desagregados por Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Infelizmente, tal procedimento não faz sentido na RAIS, uma vez que cerca de 70% dos empregos públicos desta base de dados concentram-se em uma mesma CNAE. Por consequência, a figura 2 expõe a evolução do número de empregos em educação e saúde nas esferas estaduais e municipais captados somente pela PNAD.

Figura 2 – Número de ocupações em educação pública e saúde pública nos governos estaduais e municipais da PNAD



Fonte: PNAD.

Nota: Para permitir comparações com dados sobre outras variáveis foram excluídos os dados dos seguintes estados: (i) AP, CE, ES, MG, MT, PI, RO, RR e RS nas séries de educação estadual; e (ii) AP, CE, ES, MG, MT, PI, RO, RR e RS nas séries de saúde estadual.

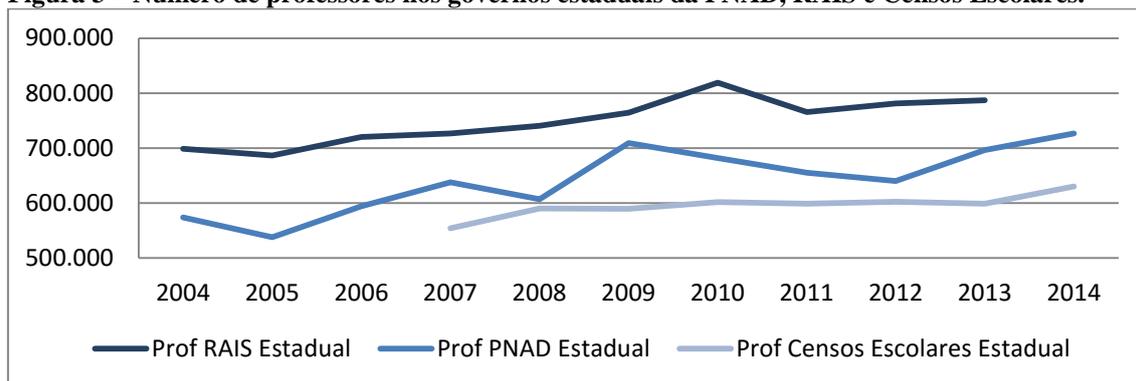
Os dados da figura 2 apontam evoluções distintas para os setores educação e saúde. Com efeito, enquanto o crescimento das ocupações na educação pública entre 2004 e 2014 foi de 7,58% para os governos estaduais e de 45,80% nos governos municipais, no caso da saúde pública essas variações sobem para 42,40% (estados) e 79,52% (municípios). À guisa de comparação, no período de 2004 a 2014 as ocupações nos setores de saúde e educação privadas cresceram respectivamente 46,92% e 53,90%, de

acordo com a PNAD.

Naturalmente, a segmentação proposta na figura 2 não é particularmente precisa. O contingente de ocupações nas áreas de educação pública, por exemplo, inclui, além de professores, um amplo conjunto de atividades intermediárias, como inspetores escolares, pessoal administrativo e etc. Da mesma forma, o pessoal ocupado na prestação de serviços de saúde pública também é bastante diverso.

As quatro próximas figuras retratam a evolução do total de professores (figuras 3 e 4) e do total de trabalhadores em atividades especializadas/finalísticas da área da saúde (figuras 5 e 6) para as esferas estaduais e municipais, respectivamente. Cabe destacar que, diferentemente das bases de mercado de trabalho, não é possível contabilizar o número de vínculos trabalhistas de um indivíduo nos Censos Escolares. Dessa maneira, para viabilizar a comparação da PNAD e da RAIS com estas bases setoriais, os resultados apresentados nestas quatro figuras informam o número de pessoas empregadas como professores e em atividades especializadas na área de saúde, não o número de ocupações. Nesses casos, foram considerados apenas os empregos principais de cada pessoa na PNAD e na RAIS. Por fim, a figura 7 apresenta os dados sobre a evolução do contingente de militares dos governos estaduais.

Figura 3 – Número de professores nos governos estaduais da PNAD, RAIS e Censos Escolares.



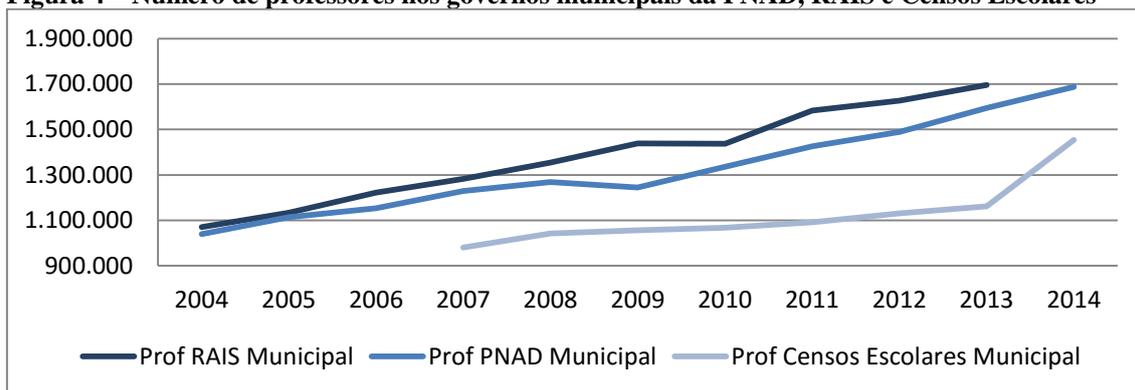
Fonte: PNAD, RAIS e Censos Escolares.

Nota: Em função das correções realizadas, foi necessária a exclusão das informações dos seguintes estados: AL, AP, CE, MG, RN, RO e RS.

Os dados da RAIS e da PNAD apontaram tendências ligeiramente diferentes para a evolução dos professores nos governos estaduais e no DF (figura 3). Com efeito, as taxas de crescimento implícitas entre 2004 e 2013 foram de 12,7% na RAIS e de 21,4% na PNAD. O crescimento verificado na esfera municipal foi bem mais intenso (figura 4), atingindo, entretanto, 62,16% pelos dados da PNAD e 58,46% pelos dados da RAIS. Registre-se, ainda, que estas diferenças entre as dinâmicas estaduais e municipais são, em grande medida, corroboradas pelos dados disponíveis dos censos escolares – ainda que estes últimos apresentem uma importante diferença de nível em relação aos dados da PNAD e da RAIS²².

²² O censo escolar inclui apenas os professores que efetivamente lecionaram no primeiro semestre de cada ano, restrição esta que não é imposta aos dados da PNAD/RAIS.

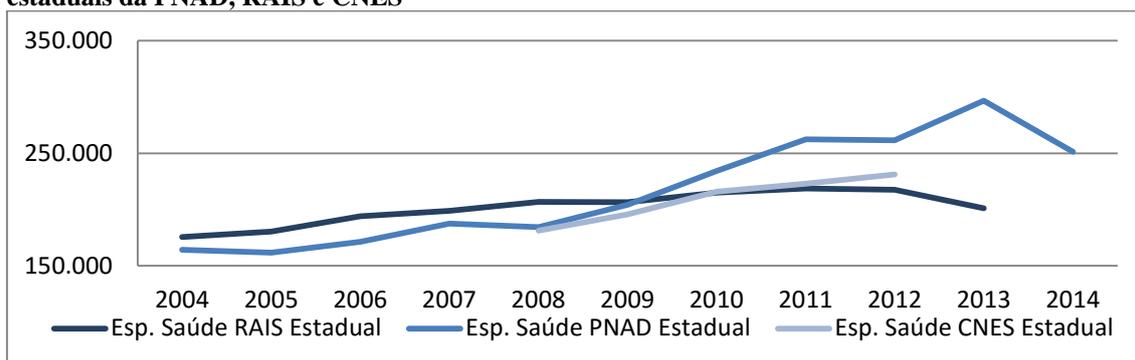
Figura 4 – Número de professores nos governos municipais da PNAD, RAIS e Censos Escolares



Fonte: PNAD, RAIS e Censos Escolares.

As ocupações em atividade especializadas/finalísticas na área de saúde, por seu turno, tiveram comportamento similar ao reportado na figura 2, ou seja, crescimento moderado seguido de estagnação na esfera estadual e rápido crescimento com mudança significativa de patamar na esfera municipal. Note-se, ademais, a boa aderência dos dados da RAIS com o CNES, o que pode ser explicado por ambas as bases serem frutos de registros administrativos dos estabelecimentos de saúde.

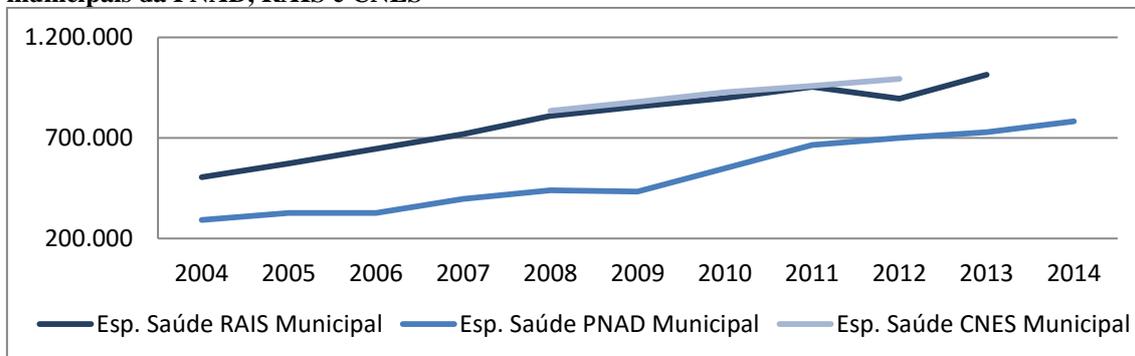
Figura 5 – Número de trabalhadores em atividades especializadas na área de saúde nos governos estaduais da PNAD, RAIS e CNES



Fonte: PNAD, RAIS e CNES.

Nota: Em função das correções realizadas, foi necessária a exclusão das informações dos seguintes estados: AP, CE, ES, MG, MT, PI, RO, RR e RS.

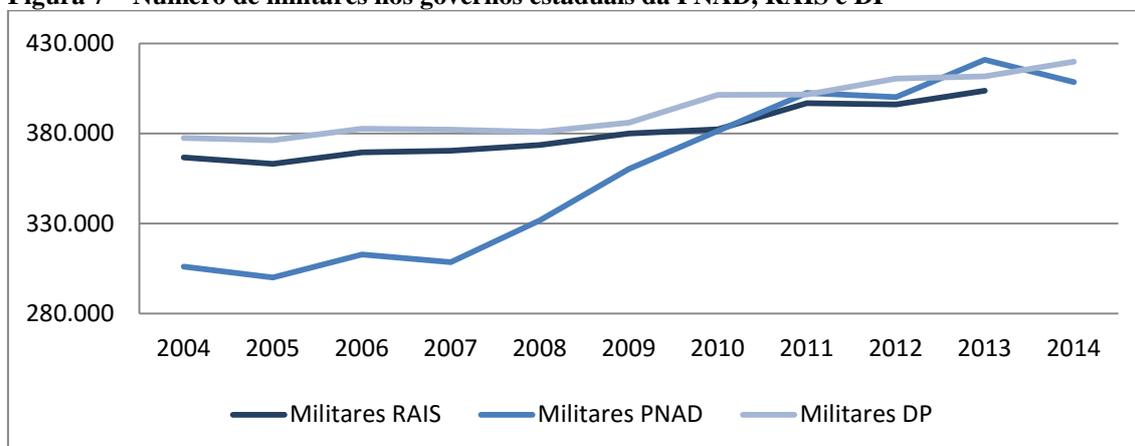
Figura 6 – Número de trabalhadores em atividades especializadas na área de saúde nos governos municipais da PNAD, RAIS e CNES



Fonte: PNAD, RAIS e CNES.

Por fim, o quadro de crescimento moderado do emprego público estadual na primeira década do século, seguido de estagnação na segunda, também se verificou no caso dos policiais e bombeiros militares.²³

Figura 7 – Número de militares nos governos estaduais da PNAD, RAIS e DP



Fonte: PNAD, RAIS e DP

Nota: Em função das correções realizadas, foi necessária a exclusão das informações dos seguintes estados: AL, AP, CE, DF, MT, PI, RN, RO, RR e TO.

4. A evolução da remuneração média do emprego público subnacional

Outro canal de pressão do gasto público com pessoal é a remuneração média dos servidores. Uma vez mais, a PNAD e a RAIS são as fontes tradicionais de informação sobre o tema²⁴. Cumpre notar, entretanto, que medidas aproximadas da remuneração média dos servidores também podem ser construídas a partir de dados das bases orçamentárias, a saber: Execução Orçamentária dos Estados (EOE) e Finanças do Brasil (FINBRA) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda (MF) e os sistemas de informações sobre orçamentos públicos em educação (SIOPE) e saúde (SIOPS) operados, respectivamente, pelos Ministérios da Educação e da Saúde.

As figuras 8 e 9 apresentam a evolução salarial real para as esferas estaduais e municipais. Os dados sugerem um comportamento semelhante em todas as bases de dados em ambas as esferas. Sugerem também um crescimento real, na PNAD²⁵, de 53,52% e 46,10% nas remunerações dos trabalhadores estaduais e municipais, respectivamente²⁶. Registre-se que, no mesmo período, a evolução das remunerações no

²³ A despeito da quebra estrutural que parece ter ocorrido nos dados da PNAD a partir de 2008.

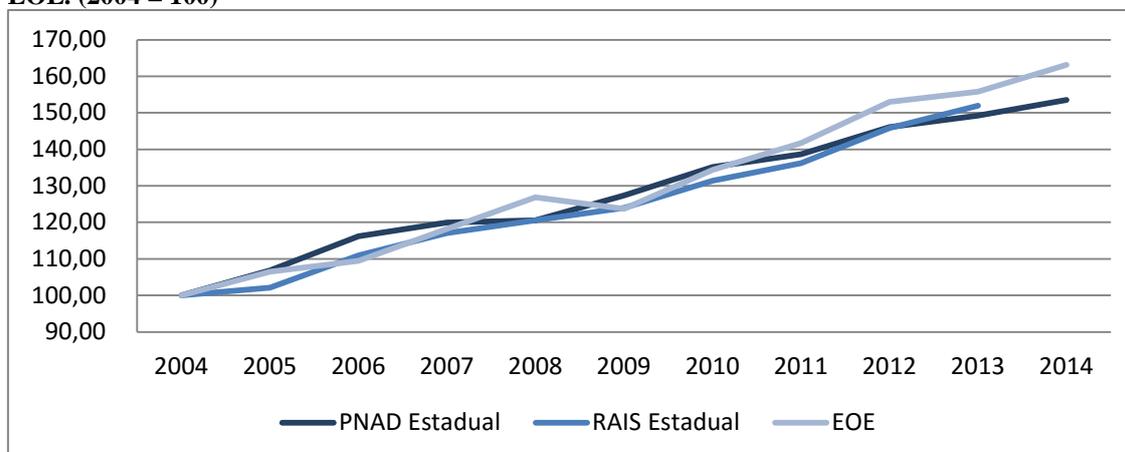
²⁴ Os dados das referidas pesquisas devem ser devidamente ajustados, quando necessário, pelo número de horas trabalhadas. Conforme argumentado na seção 2f, entretanto, o referido ajuste não se faz necessário nesta nota.

²⁵ Registrem-se as proximidades das variações observadas em todas as bases. Apesar disso, o presente trabalho optou por destacar a variação da PNAD, pois se trata da base de dados que aparecerá em todas as figuras.

²⁶ Naturalmente, existem diferenças de nível entre a PNAD e as demais bases, como é possível constatar na tabela 2 do apêndice. Todavia, como se observa nas figuras destacadas, a evolução dos valores médios registrada em todas as bases foi idêntica.

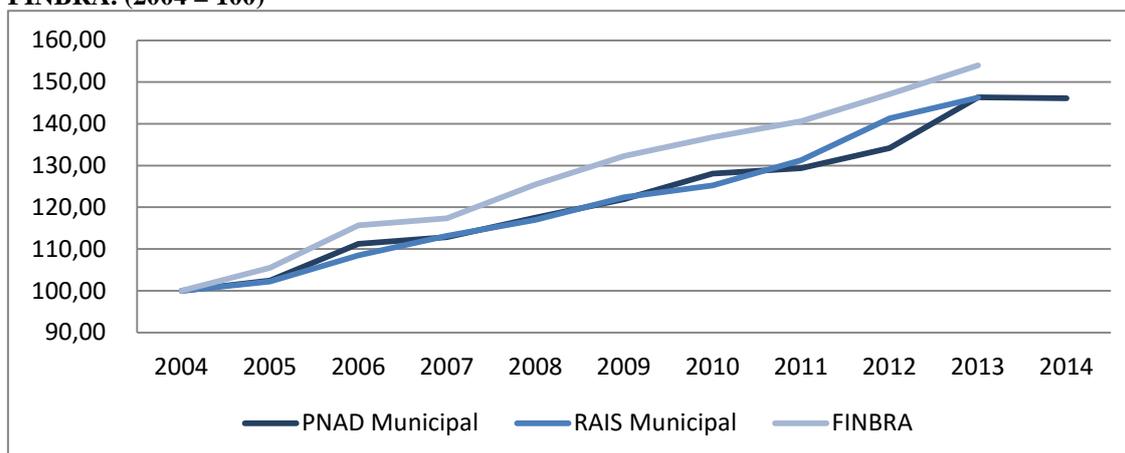
setor privado foi significativamente menor do que a observada no setor público (elevação real de 37,65% na PNAD).

Figura 8 – Salário médio dos trabalhadores na administração pública estadual da PNAD, RAIS e EOE. (2004 = 100)



Fonte: PNAD, RAIS e EOE.

Figura 9 – Salário médio dos trabalhadores na administração pública municipal da PNAD, RAIS e FINBRA. (2004 = 100)

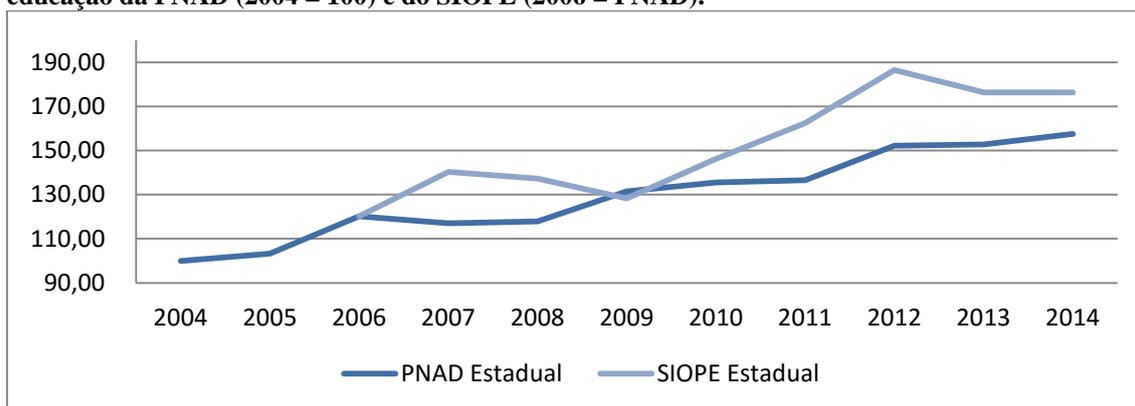


Fonte: PNAD, RAIS e FINBRA

A evolução salarial nos setores de educação e saúde públicas é reportada nas figuras de 10 a 13. Cabe destacar que as bases orçamentárias setoriais – i.e. o SIOPE e o SIOPS – captam o total gasto com todo o pessoal empregado nas respectivas áreas, não apenas com professores ou com profissionais estritamente ligados a atividades finalísticas na área de saúde. Daí a importância de utilizar, no denominador (do cálculo das remunerações médias por setor), as informações setoriais obtidas na PNAD via CNAE, expostas na figura 2²⁷.

²⁷ O crescimento do número de trabalhadores do setor de saúde pública observado na PNAD entre os anos de 2009 e 2011 não foi acompanhado pelo SIOPS. Dessa forma, foi realizada uma correção nessa variação. Ver apêndice para maiores detalhes.

Figura 10 – Salário médio dos trabalhadores na administração pública estadual no setor de educação da PNAD (2004 = 100) e do SIOPE (2006 = PNAD).

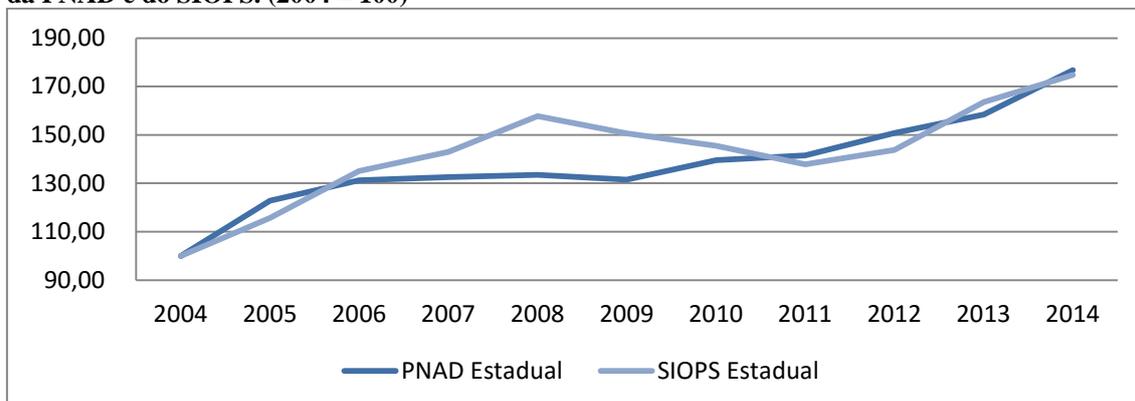


Fonte: PNAD e SIOPE

Nota: Valor de SIOPE 2006 = PNAD 2006.

Nota: Em função das correções realizadas, foi necessária a exclusão das informações dos seguintes estados: AL, AP, CE, MG, RN, RO e RS.

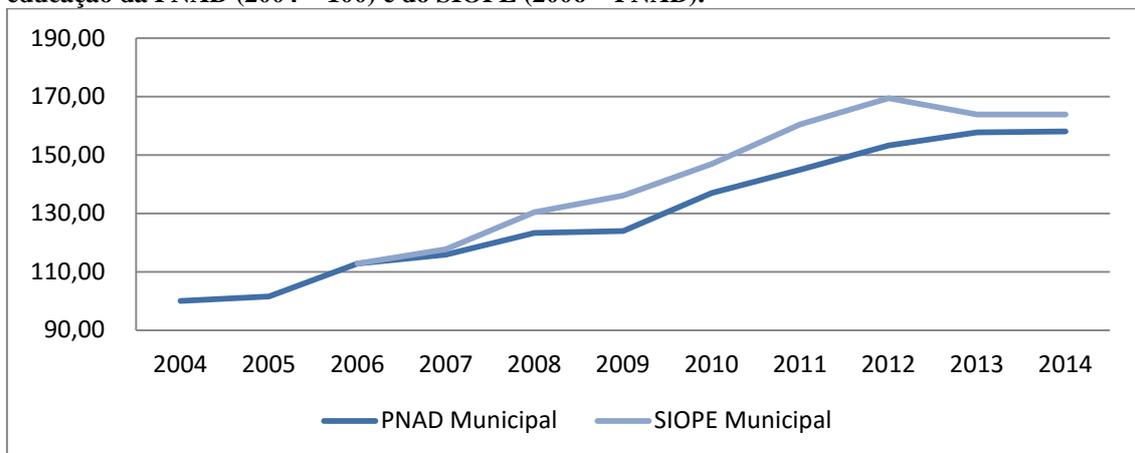
Figura 11 – Salário médio dos trabalhadores na administração pública estadual no setor de saúde da PNAD e do SIOPS. (2004 = 100)



Fonte: PNAD e SIOPS

Nota: Em função das correções realizadas, foi necessária a exclusão das informações dos seguintes estados: AP, CE, ES, MG, MT, PI, RO, RR e RS.

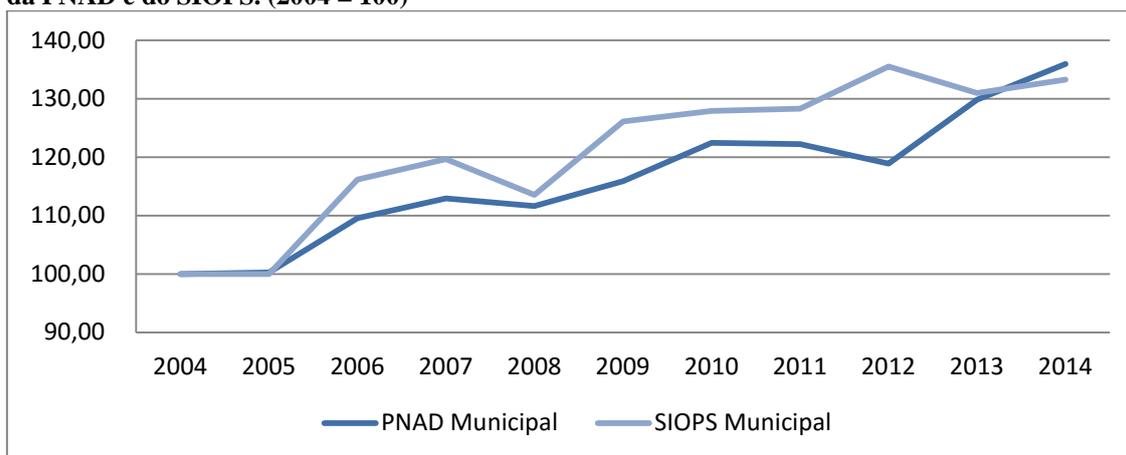
Figura 12 – Salário médio dos trabalhadores na administração pública municipal no setor de educação da PNAD (2004 = 100) e do SIOPE (2006 = PNAD).



Fonte: PNAD e SIOPE.

Nota: Valor de SIOPE 2006 = PNAD 2006.

Figura 13 – Salário médio dos trabalhadores na administração pública municipal no setor de saúde da PNAD e do SIOPS. (2004 = 100)

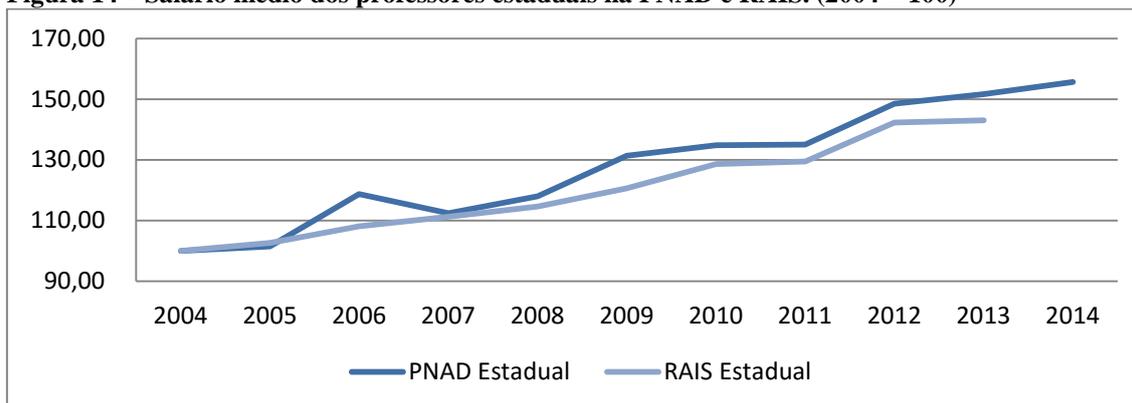


Fonte: PNAD e SIOPS

As estimativas reportadas acima sugerem que o crescimento real do salário médio em ocupações na área de educação estadual e municipal, e na saúde estadual (pela PNAD, altas de respectivamente 57,59%, 58,04% e 52,29% no período analisado) foi acima do observado para o total de servidores públicos. Aparentemente, porém os servidores da área de saúde municipal obtiveram ganhos reais médios (de 35,93% medidos pela PNAD) inferiores aos obtidos pelo conjunto dos servidores públicos municipais. A título de comparação, vale mencionar que nos setores de educação e saúde privados, a elevação dos salários reais no período em questão medida pela PNAD foi de, respectivamente, 14,64% e 29,33%.

É interessante notar que, essencialmente, o mesmo fenômeno ocorre quando se analisam os dados sobre a evolução das remunerações médias dos docentes e dos trabalhadores nas atividades finalísticas da área da saúde (figuras de 14 a 17).

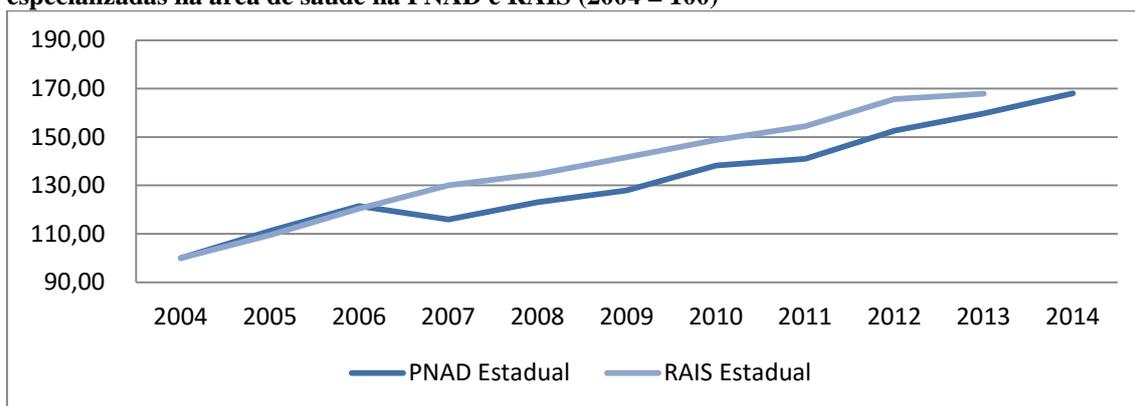
Figura 14 – Salário médio dos professores estaduais na PNAD e RAIS. (2004 = 100)



Fonte: PNAD e RAIS

Em função das correções realizadas, foi necessária a exclusão das informações dos seguintes estados: AL, AP, CE, MG, RN, RO e RS.

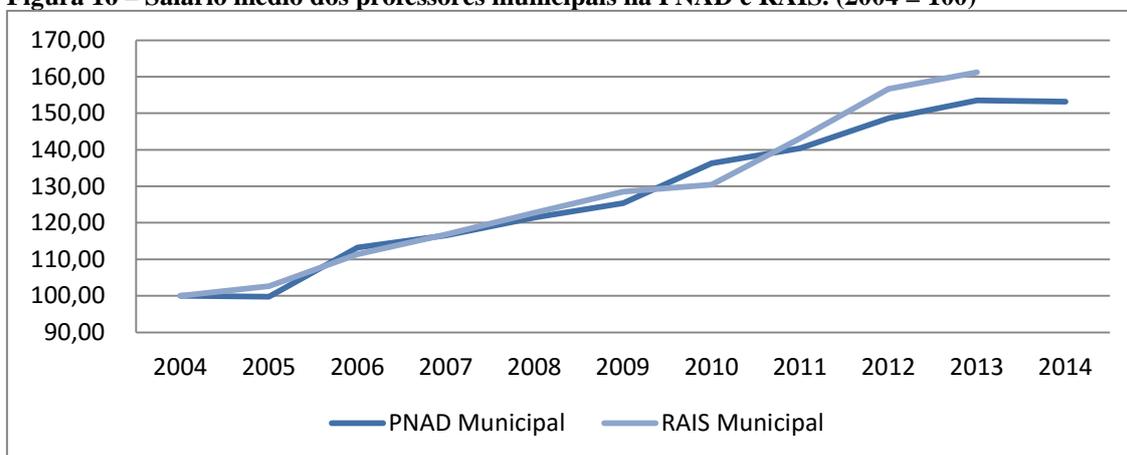
Figura 15 – Salário médio dos trabalhadores na administração pública estadual em atividades especializadas na área de saúde na PNAD e RAIS (2004 = 100)



Fonte: PNAD e RAIS

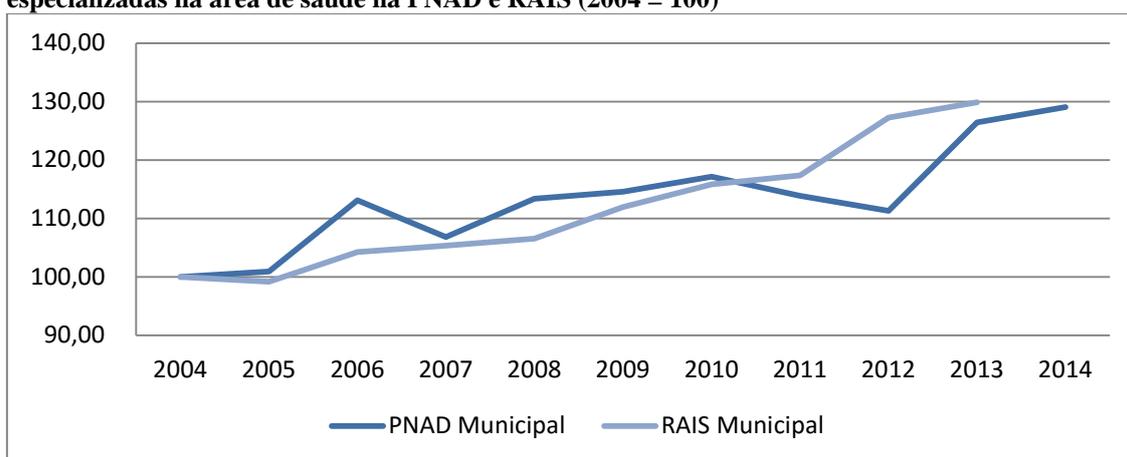
Nota: Em função das correções realizadas, foi necessária a exclusão das informações dos seguintes estados: AP, CE, ES, MG, MT, PI, RO, RR e RS.

Figura 16 – Salário médio dos professores municipais na PNAD e RAIS. (2004 = 100)



Fonte: PNAD e RAIS.

Figura 17 – Salário médio dos trabalhadores na administração pública municipal das atividades especializadas na área de saúde na PNAD e RAIS (2004 = 100)



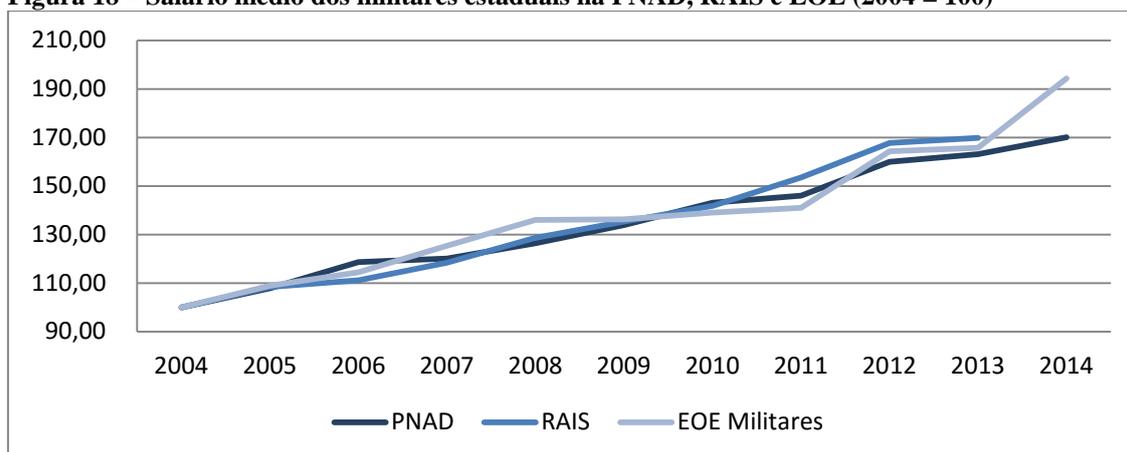
Fonte: PNAD e RAIS

Com efeito, a remuneração média dos professores se comportou de forma similar em ambas às bases de dados, apresentando um crescimento real pouco abaixo do observado no setor de educação como um todo para as duas esferas. Apesar do piso para profissionais do magistério público da educação básica²⁸ ter apresentado uma elevação real de 27,77% entre os anos de 2008 e 2014, cabe destacar que, por exemplo, os docentes municipais na PNAD²⁹ recebiam, em média, 8,61% a mais do que o piso em 2008, enquanto que, em 2014, essa diferença era de 6,92%.

Ainda assim, a elevação dos salários dos professores foi maior que o observado nos salários das pessoas ocupadas em atividades especializadas/finalísticas na área de saúde. Isso é particularmente claro na esfera municipal, onde o ganho real dos professores foi de 53,13% contra 29,06% dos trabalhadores em atividades especializadas/finalísticas na área de saúde, segundo a PNAD.

Por fim, a figura 18 indica que os militares estaduais também conseguiram ganhos salariais reais acima do ganho auferido pelo total de servidores estaduais (pela Pnad, 70,09%)³⁰.

Figura 18 – Salário médio dos militares estaduais na PNAD, RAIS e EOE (2004 = 100)



Fonte: PNAD e RAIS

Nota: Em função das correções realizadas, foi necessária a exclusão das informações dos seguintes estados: AL, AP, CE, DF, MT, PI, RN, RO, RR e TO.

²⁸ Instituído na Lei 11.738, de 16 de julho de 2008, e reajustado anualmente.

²⁹ Registre-se a possibilidade de a PNAD apresentar informações de remuneração subestimadas.

³⁰ Para a mensuração do salário médio dos militares na EOE foram considerados apenas os elementos Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Militar (319012) e Outras Despesas Variáveis – Pessoal Militar (319017).

5. Conclusão

Conforme diversas vezes destacado na Carta de Conjuntura do IPEA, as despesas com pessoal e encargos sociais dos estados brasileiros cresceram consideravelmente nos últimos anos. Os dados desta nota indicam que, no caso do pessoal ativo, esse comportamento é explicado por elevações nos salários dos servidores, por oposição à contratação de novos servidores públicos (ver seções 3 e 4).

Já na esfera municipal parece haver uma clara conjunção de crescimento no número de ocupações e nas remunerações auferidas por estes. Ademais, a análise setorial evidenciou que os ganhos reais dos servidores de educação estão acima da média observada no total dos servidores municipais e dos servidores da saúde.

6. Referências Bibliográficas

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Governo e Administração Pública. Nota Metodológica nº 12, Rio de Janeiro, versão 1, dez. 2014. Disponível em: < ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/Notas_Metodologicas_2010/12_governo.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2016.

_____. Classificação de Atividades e Produtos. Nota Metodológica nº 03, Rio de Janeiro, versão 2, mar. 2015. Disponível em: < ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/Notas_Metodologicas_2010/03_classificacao.pdf >. Acesso em: 2 jun. 2016.

MC GILL, R.; TUKEY, J. W.; LARSEN, W. A. Variations of Box Plots. The American Statistician, n. 32, v. 1, p. 12-16, 1978.

MEDRI, W. Análise Exploratória dos Dados. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas (CCE). Departamento de Estatística. Paraná, 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/estatisticaeducacao/textos_didaticos/especializacao_estadistica.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2016.

A. Apêndices

A.1 Ajuste de *outliers* e erros nas observações estaduais:

Tabela 1 – Resultados observados e ajustados dos dados do número de trabalhadores na administração pública estadual (Em milhares de ocupações e pessoas no caso de Educação e Saúde CBO)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Agregado											
Observado											
PNAD	3.591,7	3.541,8	3.809,2	3.764,1	3.807,6	4.025,2	4.007,6	3.990,0	3.898,3	4.002,9	3.978,8
RAIS	3.282,7	3.318,1	3.452,6	3.592,2	3.730,1	3.798,3	3.939,1	3.829,5	3.803,8	3.761,9	-
Ajustado											
PNAD	3.521,1	3.498,0	3.763,4	3.714,8	3.754,3	3.977,5	3.958,9	3.940,3	3.898,3	4.002,9	3.978,8
RAIS	3.199,1	3.233,1	3.356,7	3.501,1	3.613,7	3.693,1	3.826,8	3.714,0	3.683,5	3.761,9	-
Educação CBO											
Observado											
PNAD	646,0	588,4	654,3	701,2	656,3	772,5	745,2	717,9	668,2	729,3	726,8
RAIS	662,1	653,9	672,6	646,4	678,8	794,8	803,6	790,1	807,3	787,2	-
Censo Escolar	-	-	-	775,1	818,6	811,3	822,8	821,2	815,6	824,9	868,1
Ajustado											
PNAD	573,5	537,7	594,1	637,6	607,0	709,0	682,1	655,0	640,2	696,5	726,8
RAIS	698,5	686,7	720,0	726,8	740,5	764,2	819,2	765,7	781,2	787,2	-
Censo Escolar	-	-	-	553,9	589,8	589,7	601,6	598,7	602,0	599,0	630,0
Saúde CBO											
Observado											
PNAD	161,8	178,5	191,6	202,2	190,9	209,9	235,8	261,8	253,1	296,6	251,3
RAIS	158,5	168,5	181,0	179,0	185,0	194,4	214,2	214,9	206,4	201,1	-
CNES	-	-	-	-	218,4	234,3	257,9	264,2	269,0	-	-
Ajustado											
PNAD	161,9	171,3	187,5	184,3	204,4	234,4	262,3	261,6	296,6	251,3	-
RAIS	175,7	180,3	193,9	198,9	206,7	206,6	215,0	218,6	217,7	201,1	-
CNES	-	-	-	-	181,2	195,7	215,9	222,9	231,3	-	-
Militares											
Observado											
PNAD	345,1	330,4	344,5	297,2	367,7	403,5	423,9	444,2	425,8	458,9	408,4
RAIS	366,6	363,1	369,5	370,4	373,5	379,9	382,3	396,8	396,1	403,8	-
DP	377,5	376,2	382,7	382,0	380,9	386,1	401,4	401,6	410,4	411,7	419,9
Ajustado											
PNAD	306,1	300,0	312,8	308,5	331,7	360,2	381,3	402,5	400,1	421,0	408,4
RAIS	366,6	363,1	369,5	370,4	373,5	379,9	382,3	396,8	396,1	403,8	-
DP	377,5	376,2	382,7	382,0	380,9	386,1	401,4	401,6	410,4	411,7	419,9

Fonte: PNAD, RAIS, Censo Escolar, CNES e DP.

Tabela 2 – Resultados observados e ajustados do salário médio mensal dos trabalhadores na administração pública estadual (Em R\$ milhares)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Agregado											
Observado											
PNAD	2.033,0	2.159,1	2.357,7	2.409,7	2.428,5	2.572,5	2.731,2	2.803,0	2.949,7	3.019,6	3.086,8
RAIS	2.582,6	2.641,4	2.862,9	3.021,6	3.114,3	3.210,3	3.402,5	3.507,9	3.750,9	3.972,6	-
EOE	2.325,7	2.495,6	2.567,2	2.769,1	2.969,1	2.902,3	3.153,4	3.305,9	3.590,5	3.563,5	3.830,8
Ajustado											
PNAD	2.010,7	2.147,9	2.337,0	2.412,7	2.424,6	2.561,6	2.718,2	2.788,6	2.936,8	3.001,3	3.086,8
RAIS	2.615,1	2.669,6	2.902,2	3.060,8	3.152,8	3.242,1	3.436,4	3.562,0	3.813,2	3.972,6	-
EOE	2.348,5	2.501,1	2.571,0	2.775,7	2.980,0	2.905,2	3.156,5	3.329,0	3.592,8	3.657,9	3.830,8
Educação CBO											
Observado											
PNAD	1.207,7	1.201,2	1.474,6	1.400,1	1.385,8	1.577,1	1.604,7	1.590,5	1.709,7	1.754,0	1.844,0
RAIS	1.528,1	1.544,2	1.624,8	1.603,5	1.644,3	1.908,7	2.095,4	2.007,0	2.245,2	2.225,9	-

Ajustado											
PNAD	1.764,7	1.789,4	2.094,6	1.983,9	2.081,3	2.318,0	2.379,2	2.383,0	2.620,0	2.675,3	2.746,4
RAIS	2.177,0	2.234,5	2.353,1	2.420,9	2.494,2	2.625,3	2.799,7	2.817,1	3.098,2	3.113,0	
Educação											
CNAE											
Observado											
PNAD	1600,0	1651,0	1924,2	1852,3	1864,6	2091,7	2157,0	2172,4	2422,8	2434,8	2496,5
SIOPE			2752,8	3203,1	3305,7	2994,8	3397,2	3801,9	4328,1	4091,5	3532,4
Ajustado											
PNAD	998,2	1013,6	1125,8	1156,6	1231,1	1237,3	1367,0	1446,9	1529,3	1574,2	1577,6
SIOPE			2090,5	2441,1	2387,2	2233,1	2544,3	2825,0	3244,1	3068,4	3269,3
Saúde CBO											
Observado											
PNAD	1.613,0	1.820,2	2.086,9	1.942,8	2.123,7	2.142,8	2.311,4	2.343,2	2.360,3	2.538,8	2.573,8
RAIS	2.056,5	2.166,3	2.339,3	2.614,9	2.688,7	2.834,9	2.871,3	2.959,7	3.129,5	3.358,8	
Ajustado											
PNAD	1.997,6	2.221,7	2.426,2	2.316,3	2.459,3	2.554,7	2.760,3	2.817,6	3.047,4	3.191,9	3.357,1
RAIS	2.424,9	2.654,5	2.919,0	3.154,0	3.267,0	3.434,9	3.608,1	3.744,3	4.018,8	4.072,8	
Saúde CNAE											
Observado											
PNAD	1767,7	1995,7	2182,3	2135,2	2179,5	2169,8	2387,3	2469,8	2509,2	2692,0	2843,0
SIOPS	2102,3	2158,9	2433,8	2617,9	2804,7	2909,4	2760,9	2677,4	2695,1	2392,9	2939,1
Ajustado											
PNAD	1522,0	1525,9	1666,9	1719,1	1699,0	1764,0	1863,5	1860,2	1809,2	1975,7	2068,8
SIOPS	1858,7	2150,8	2510,6	2658,5	2932,9	2800,6	2702,8	2560,9	2672,7	3038,8	3249,4
Militares											
Observado											
PNAD	1997,0	2089,9	2274,8	2302,0	2449,9	2570,5	2763,0	2840,0	3084,7	3172,2	3225,2
RAIS	2469,3	2558,2	2753,1	3012,8	3330,0	3474,1	3774,1	3914,1	3999,8	4479,5	
EOE	2824,5	3035,9	3185,3	3965,6	3495,6	3323,1	3455,7	3554,8	4092,9	3818,2	4752,2
Ajustado											
PNAD	2189,4	2363,3	2598,3	2628,9	2768,3	2932,8	3132,7	3195,9	3502,9	3571,7	3723,9
RAIS	2638,4	2859,6	2932,8	3125,7	3396,1	3572,3	3742,9	4049,4	4424,1	4479,5	
EOE	2496,5	2721,0	2858,1	3131,0	3396,9	3402,7	3471,0	3520,9	4102,7	4138,5	4849,3

Fonte: PNAD, RAIS, SIOPE, SIOPS e EOE.

A.2 Ajuste do quantitativo da saúde pública municipal da PNAD via CNAE

Tabela 3 – Resultados observados e ajustados para o número de servidores na área da saúde pública na PNAD.

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Observado	519,7	571,6	562,9	609,4	734,8	715,0	839,2	963,4	1004,8	1093,5	1115,0
Ajustado	621,1	683,1	672,7	728,2	878,1	854,4	911,2	963,4	1004,8	1093,5	1115,0

Fonte: PNAD.